

R  
62  
4



# Aquaervas – Águas de Elvas, S.A.

## Relatório e Contas 2021



D  
G91-  
P

## ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO .....	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	19
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	24
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	54

R  
M  
GA  
H

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aqualvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021.



R  
M  
691-  
↓



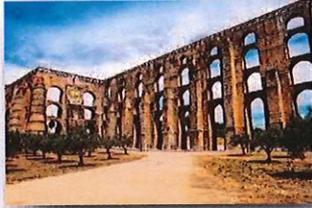
# 1. RELATÓRIO DE GESTÃO





Handwritten signature or initials in blue ink.

## ATIVIDADE DA EMPRESA



A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

### Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

## INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aqualvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.



4R  
GM-  
J

### Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquaelvas até ao final de dezembro de 2021 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		Ano de 2021
<b>Plano de Investimentos</b>	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 677,82
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 536,74
	Conduta da Caçadinha	473 539,09
	Telecomando e telecontrolo	523 311,22
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 271,60
	Acondicionamento das instalações de água potável	179 151,23
	Acondicionamento dos poços/furos	60 635,80
	Acondicionamento das diferentes EBAP	172 260,80
	Renovação do parque de contadores	631 748,00
	SKG	100 000,00
	Sectorização	289 404,15
	Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 020,83
	Plano Investimento Adicional anual	255 997,48
	<b>Subtotal</b>	<b>3 775 554,76</b>
<b>Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas</b>	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819,43
	Saneamento - Linha do Hospital	507 450,83
	Plano Diretor	30 000,00
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784,25
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356,13
	Adução a São Lourenço	61 828,28
	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 127,89
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 011,68
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73 858,48
	Intercetor da ribeira do Can-Cão	559 338,92
	Coletor Pluvial da Rua do Maladouro ao Lagar dos Frades	147 508,41
	Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 006,50
<b>Subtotal</b>	<b>2 264 090,80</b>	
<b>Total</b>	<b>6 039 645,56</b>	

No ano 2021 foram concluídas as obras:

- Remodelação da Rede de Distribuição – Troço da Rua de Elvas em Vila Boim, num valor total de 76.277,40 euros;
- Remodelação da Rede de Distribuição de Água de Vila Boim – Rua das Nogueiras e Rua Alto da Boavista, num valor total de 131.257,97 euros (88.630,37 euros obra inicial + 42.627,60 euros trabalhos adicionais de pavimentação na obra).

R  
M  
H

### Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2021 é o seguinte:

#### *Plano de redução de fugas*

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a procura de fraudes. O plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de setorização, telecontrolo e telegestão, permitiu delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona.

#### *Desmatização e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento*

De forma a permitir um rápido e fácil acesso as instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatização da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim.

#### *Desratização e desbaratização*

Por ano são efetuadas 4 intervenções de desratização e 4 intervenções de desbaratização em toda a rede de saneamento. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos entre as referidas intervenções deu sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados. Em total, no ano 2021 foram realizadas 20 ações de desbaratização e desratização.

R  
M  
69-  
H



## ASPETOS TÉCNICOS

### Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aqualvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem definidos no PCQA de 2021. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2021. Este programa foi aprovado em 17 de dezembro de 2020 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



Dos 40 parâmetros analisados durante o ano de 2021, a ETAR de Vila Fernando teve um cumprimento de 35, representando assim uma percentagem de 87,5% de cumprimento dos VLE.

### Volumes de água comprada e captada

Em 2021 o volume de água comprada foi de 1.060.640 metros cúbicos. Em relação à água captada durante este ano, o valor foi de 16.438 metros cúbicos. A água captada serve para fornecer zonas de abastecimento não servidas pela água em "alta", sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.



601-2  
u  
H

### Volume faturado por tipo de utilizador



Em 2021 verificou-se que o volume de água faturado aumentou em relação ao ano de 2020. Em concreto, houve uma alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) aumentou ligeiramente (1,48 %), ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve uma leve diminuição no período em análise (1,41%).

De uma forma geral, o número total de clientes aumentou em cerca de 8%, o que é explicado por um aumento de cerca de 10% de clientes Municipais.

### Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano de 2021 ocorreram 160 interrupções no fornecimento de água por reparações e manutenção de ramais e de condutas das quais 23 afetaram o abastecimento num período igual ou superior a 6 horas.

### Instalação de contadores

Dando continuidade ao resultado do estudo do parque de contadores existentes, iniciado em 2016, foram substituídos 560 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 37 contadores por antiguidade e 69 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 666 contadores durante o ano de 2021.

### Intervenções na rede de água potável

Durante o ano de 2021 foi remodelada parte da rede de distribuição de água de Vila Boim obra incluída no Plano de investimentos da Aqualvas. Foi um total de 1307 metros de nova conduta, 731m na Rua de Elvas e 576m na Rua das Nogueiras.

Durante o ano de 2021 foram reabilitados/reparados 66 ramais no Concelho de Elvas e construídos 23 novos.





R  
GM.  
H

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento, derivadas de roturas, em 2021 foi de 186, tendo sido 74 em ramais de abastecimento e 112 em condutas.

### **Volume de água residual tratada e bruta**

No ano de 2021, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.060.640 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela Aquaelvas, foi 16.438 metros cúbicos.

### **Intervenções na rede de saneamento de águas residuais**

Em 2021 contabilizaram-se um total de 176 intervenções na rede de saneamento. Destas, 83 intervenções ocorreram em ramais de saneamento e 93 intervenções em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Durante o ano foram construídos 17 ramais e reabilitados outros 4.

### **Limpeza da rede de águas residuais e fossas**

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 40.020 metros da rede de saneamento.

### **Consumos energéticos e de reagentes**

Durante 2021 foram consumidos um total de 801.616 kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 25.112 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 1.746 Kg de hipoclorito de sódio durante o ano.



m R  
GM.  
H



## SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A Aqualvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação é a ISO 45001.



A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

### OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aqualvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aqualvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

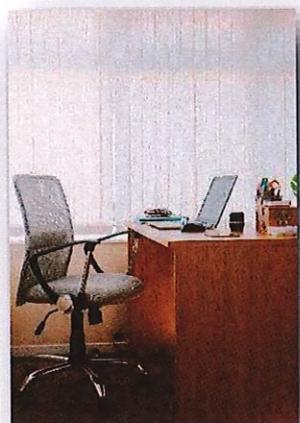
- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aqualvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

R  
GM  
H



## RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da Aquaelvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a Aquaelvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no período findo em 2021, de 20 pessoas (em 2020 foi de 21 pessoas).

## ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquaelvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquaelvas no ano de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

### Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.591 milhares de Euros, registando um crescimento ligeiro face a 2020 (3,517 milhões de Euros) e em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.



UR  
69  
H

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 2% e a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19, aumentou a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise (de 45.533 Euros em 2020 para 159.258 Euros em 2021).

### Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aqualvas, em 2021, foi de cerca de 3,565 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,596 milhões de Euros, representa um decréscimo de cerca de 1%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados diretamente na rede de abastecimento de água, o valor da compra de água. Relativamente ao período em análise, esta rubrica registou 1,441 milhões de Euros, representando cerca de 40% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1.537 milhões de Euros, representando então cerca de 43% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) diminuiu em cerca 6%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1,127 milhões de Euros, representando cerca de 32% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 1,120 milhões de Euros, representando então cerca de 31% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi de 10%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 404 mil Euros, representam cerca de 11% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 418 mil Euros, representando então cerca de 12% do total dos gastos do período. Esta rubrica reduziu cerca de 3% entre 2021 e 2020.

A rubrica de outros gastos registou em 2021 o valor de 90 mil Euros (3% do total dos gastos do período), tendo registado em 2020 o montante de 88 mil Euros (2% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresenta o valor de 297 mil Euros, para o período em análise, face a 288 mil Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 8,3% e 8%. A variação entre períodos da rubrica foi de 3%.





Handwritten signature or initials in blue ink.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aqualvas registou no ano de 2020 registava 56 mil Euros, em 2021 não houve gastos desta natureza.

### Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aqualvas foi em 2021 de 3,896 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,821 milhões de Euros, representa um aumento de 2%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2021, 3,432 milhões Euros que, comparado com o período anterior, revela um decréscimo de 1% face ao valor de 3,472 milhões de Euros de 2020.

A rubrica de outros rendimentos registou em 2021 o valor de 305 mil Euros; a mesma rubrica registava em 2020 o valor de 303 mil Euros. A variação entre períodos da rubrica foi de 0,52%.

### Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 291.338,33 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado de 194.961,12 Euros.

### Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aqualvas, a mesma apresenta no final do período de 2021 uma recuperação de 291.338,33 Euros.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 50.000 Euros para 3.160.000 Euros, sendo o aumento, de 3.110.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e onze mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela Pandemia de COVID-19, a Aqualvas continúa confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo Português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

M R  
641.  
H

### Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 628.654,81 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de cerca de 11% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2021 em 331.307,46 Euros.

	Ano 2021	Ano 2020
Rentabilidade do ativo total	3,37%	2,43%
Rentabilidade dos capitais próprios	6,10%	4,35%
Rentabilidade das vendas	8,11%	5,54%
EBITDA	628 654,81 €	567 685,67 €
EBIT	331 307,46 €	279 543,32 €

### Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 8.024.225,28 Euros em 2020 para 8.647.353,24 Euros em 2021.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 4.481.292,60 Euros em 2020 para 4.772.630,93 Euros em 2021, este aumento é explicado pelo aumento dos resultados líquidos do ano. O passivo passou de 3.542.932,68 Euros em 2020 para 3.883.817,49 Euros em 2021.

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral aumentar o capital social da Empresa de 50.000 Euros para 3.160.000 Euros, sendo o aumento, de 3.110.000 Euros, efetuado pela emissão de trezentas e onze mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10,00 Euros cada, integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade.

R  
OH  
H



Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2021, em termos percentuais, uma melhoria dos mesmos face ao ano de 2020:

	Ano 2021	Ano 2020
Capitais próprios	4 772 630,93 €	4 481 292,60 €
Passivo total	3 883 817,49 €	3 542 932,68 €
Passivo corrente	2 189 415,06 €	1 689 272,66 €
Ativo total	8 656 448,42 €	8 024 225,28 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	55,13%	55,85%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	122,89%	126,49%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	44,87%	44,15%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	56,37%	47,68%

## CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2021 e 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aqualvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.



MR  
Al.  
f

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

## FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia. Apesar de ainda não se conseguir estimar o impacto que este conflito terá na economia global e consequentemente também em Portugal, já há alguns efeitos práticos, como seja o aumento do barril de petróleo, do gás e da eletricidade, que irá incrementar o preço final dos bens e serviços à população. A Empresa está atenta a este conflito, não sendo possível estimar com fiabilidade os possíveis impactos para o negócio. Contudo é convicção do Conselho de Administração que a Empresa apresenta solidez financeira e económica para ultrapassar esta Guerra.



n  
R  
G.  
H

## EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquaelvas encontra-se em mandato para o triénio 2020-2022.

A Administração da Aquaelvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquaelvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

## DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 291.338,33 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais: 14.566,92 Euros

Para Resultados Transitados: 276.771,41 Euros





## AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 31 de março de 2022

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso  
Presidente

Guillermo Moya García-Renedo  
Vogal

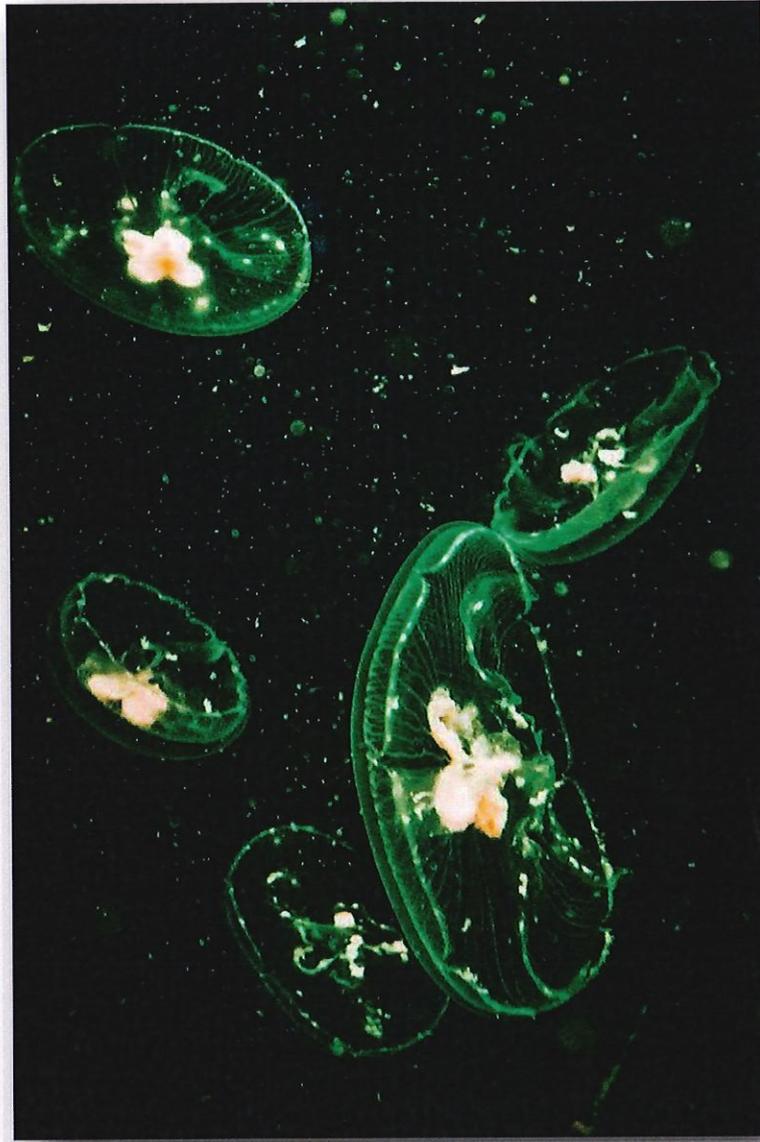
Jesús Rodríguez Sevilla  
Vogal

Raquel Mendoza Quintana  
Vogal

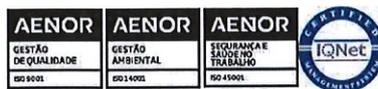


*[Handwritten signature]*

*R  
6M.  
[Handwritten signature]*



## 2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





**AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.**  
**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

Em euros

	NOTAS	2021	2020
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	93 036,93	35 368,66
Ativos intangíveis	6	4 926 454,75	5 210 673,30
Outros ativos financeiros	8	2 811,47	2 123,86
Ativos por impostos diferidos	7	222 575,13	205 250,37
<b>subtotal</b>		<b>5 244 878,28</b>	<b>5 453 416,19</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Clientes	10	985 322,41	973 208,77
Adiantamentos a fornecedores	13	9 095,18	3 362,77
Estado e outros entes públicos	9	69 408,39	94 282,69
Outros créditos a receber	10	975 658,87	687 574,74
Diferimentos	11	166 651,27	175 507,70
Caixa e depósitos bancários	4	1 205 434,02	636 872,42
<b>subtotal</b>		<b>3 411 570,14</b>	<b>2 570 809,09</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>8 656 448,42</b>	<b>8 024 225,28</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	3 160 000,00	3 160 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	352 000,00	352 000,00
Reservas legais	14	19 748,06	10 000,00
Resultados transitados	14	949 544,54	764 331,48
Resultado líquido do período	14	291 338,33	194 961,12
<b>Total do capital próprio</b>		<b>4 772 630,93</b>	<b>4 481 292,60</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	6	1 694 402,43	1 853 660,02
<b>subtotal</b>		<b>1 694 402,43</b>	<b>1 853 660,02</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	13	1 450 935,30	1 310 586,80
Adiantamentos de clientes	10	24 988,01	41 143,54
Estado e outros entes públicos	9	67 619,27	12 148,91
Outras dívidas a pagar	13	645 872,48	325 393,41
<b>subtotal</b>		<b>2 189 415,06</b>	<b>1 689 272,66</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>3 883 817,49</b>	<b>3 542 932,68</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>8 656 448,42</b>	<b>8 024 225,28</b>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Maria José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signature]*



Aquaelvas

20

**AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	15	3 591 089,35	3 517 270,92
Subsídios à exploração	15	253,50	105,90
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(1 441 420,79)	(1 537 962,53)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 286 644,08)	(1 165 287,00)
Gastos com o pessoal	18	(403 945,40)	(418 332,82)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	10	(45 962,95)	(43 095,16)
Outros rendimentos	19	304 975,50	303 395,78
Outros gastos	20	(89 690,32)	(88 409,42)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>628 654,81</b>	<b>567 685,67</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(297 347,35)	(288 142,35)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>331 307,46</b>	<b>279 543,32</b>
Juros e gastos similares suportados	22	-	(55 720,30)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>331 307,46</b>	<b>223 823,02</b>
Imposto sobre o rendimento do período	23	(39 969,13)	(28 861,90)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>291 338,33</b>	<b>194 961,12</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Mania José Simões*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signatures of the Board of Administration]*

**AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

*Em euros*

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		3 353 903,19	3 438 718,46
Pagamentos a fornecedores		(2 294 416,78)	(2 221 156,18)
Pagamentos ao pessoal		(407 601,92)	(418 798,25)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>651 884,48</b>	<b>798 764,03</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		38 153,07	(105 196,04)
Outros recebimentos/pagamentos		(50 932,38)	(29 065,60)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>		<b>639 105,17</b>	<b>664 502,39</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(70 797,07)	(27 452,19)
Ativos intangíveis		0,00	(146 987,59)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		253,50	105,90
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>		<b>(70 543,57)</b>	<b>(174 333,88)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		0,00	(66 727,65)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		<b>0,00</b>	<b>(66 727,65)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>568 561,60</b>	<b>423 440,86</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>636 872,42</b>	<b>213 431,56</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>1 205 434,02</b>	<b>636 872,42</b>

*O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021*

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Luísa José Simões*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*[Handwritten signatures of the Board of Administration]*



## AQUALVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

*Em euros*

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	352 000,00	10 000,00	412 356,02	351 975,46	1 176 331,48
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	-	351 975,46	(351 975,46)	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>50 000,00</b>	<b>352 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>764 331,48</b>	<b>-</b>	<b>1 176 331,48</b>
Resultado líquido do período		-	-	-	-	194 961,12	194 961,12
<b>Operações com detentores de capital no período:</b>							
Outras Operações	14	3 110 000,00	-	-	-	-	3 110 000,00
<b>Posição no fim do período</b>		<b>3 160 000,00</b>	<b>352 000,00</b>	<b>10 000,00</b>	<b>764 331,48</b>	<b>194 961,12</b>	<b>4 481 292,60</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

*Em euros*

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000,00	352 000,00	10 000,00	764 331,48	194 961,12	4 481 292,60
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	9 748,06	185 213,06	(194 961,12)	-
<b>Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio</b>		<b>3 160 000,00</b>	<b>352 000,00</b>	<b>19 748,06</b>	<b>949 544,54</b>	<b>-</b>	<b>4 481 292,60</b>
Resultado líquido do período		-	-	-	-	291 338,33	291 338,33
<b>Posição no fim do período</b>		<b>3 160 000,00</b>	<b>352 000,00</b>	<b>19 748,06</b>	<b>949 544,54</b>	<b>291 338,33</b>	<b>4 772 630,93</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

José Soares



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

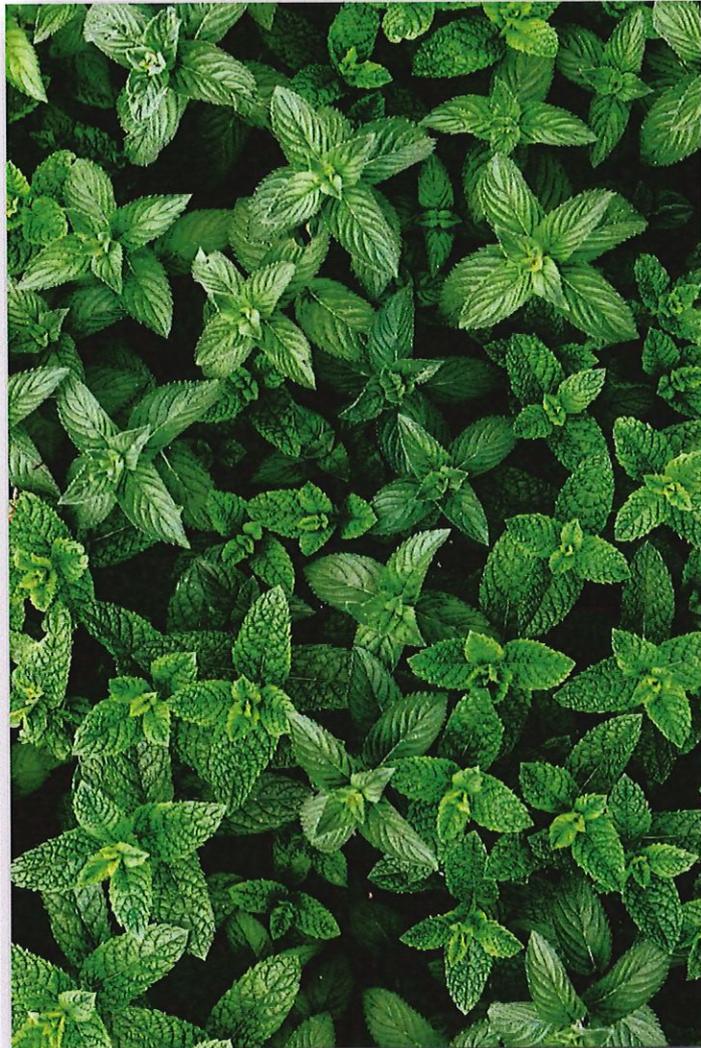
Aqualvas



R  
GM-

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*



### 3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “Aqualvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

## 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aqualvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and other illegible marks.

### 3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

#### IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).





De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aqualvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

### 3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear, sendo as amortizações calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

### 3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.



R  
G.  
H

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.



R  
GM-  
u  
f

### 3.6 CAPITAL PRÓPRIO

#### Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

#### Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

#### Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

#### Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

### 3.7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.



R  
GM.  
n  
ff

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

#### **Caixa e equivalentes a caixa**

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### **Imparidade de ativos financeiros**

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.



### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.8 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

### 3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GM-' and 'H'.

### 3.10 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

#### Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

#### Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

#### Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.



R  
GM.  
f

### 3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era:

	Ano 2021	Ano 2020
Caixa	1 500,00 €	1 500,00 €
<u>Depósitos à ordem</u>		
Banco Santander Totta	151 013,68	81 152,41 €
Caixa Geral de Depósitos	1 052 920,34	554 220,01 €
<b>Saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1 205 434,02 €</b>	<b>636 872,42 €</b>



## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

## 6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Equipamento básico	141 734,74 €	39 251,65 €	-	180 986,39 €
Equipamento de transporte	-	31 545,42 €	-	31 545,42 €
Equipamento administrativo	26 992,01 €	-	-	26 992,01 €
<b>Total</b>	<b>168 726,75 €</b>	<b>70 797,07 €</b>	<b>-</b>	<b>239 523,82 €</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2021
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Equipamento básico	106 366,08 €	7 214,03 €	-	113 580,11 €
Equipamento de transporte	-	5 914,77 €	-	5 914,77 €
Equipamento administrativo	26 992,01 €	-	-	26 992,01 €
<b>Total</b>	<b>133 358,09 €</b>	<b>13 128,80 €</b>	<b>-</b>	<b>146 486,89 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>35 368,66 €</b>	<b>57 668,27 €</b>	<b>-</b>	<b>93 036,93 €</b>

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Equipamento básico	112 797,25 €	28 937,49 €	-	141 734,74 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	-	(1 243,00) €	26 992,01 €
<b>Total</b>	<b>141 032,26 €</b>	<b>28 937,49 €</b>	<b>(1 243,00) €</b>	<b>168 726,75 €</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
Equipamento básico	102 442,28 €	3 923,80 €	-	106 366,08 €
Equipamento administrativo	28 235,01 €	-	(1 243,00) €	26 992,01 €
<b>Total</b>	<b>130 677,29 €</b>	<b>3 923,80 €</b>	<b>(1 243,00) €</b>	<b>133 358,09 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>10 354,97 €</b>	<b>25 013,69 €</b>	<b>-</b>	<b>35 368,66 €</b>



*Handwritten signatures and initials in blue ink.*

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2020	Aumentos	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis em Firme	7 734 047,98 €	-	7 734 047,98 €
<b>Total</b>	<b>7 734 047,98 €</b>	<b>-</b>	<b>7 734 047,98 €</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2020	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2021
Ativos intangíveis em Firme	2 523 374,68 €	284 218,55 €	2 807 593,23 €
<b>Total</b>	<b>2 523 374,68 €</b>	<b>284 218,55 €</b>	<b>2 807 593,23 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>5 210 673,30 €</b>	<b>(284 218,55) €</b>	<b>4 926 454,75 €</b>

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Firme	7 734 047,98 €	-	7 734 047,98 €
<b>Total</b>	<b>7 734 047,98 €</b>	<b>-</b>	<b>7 734 047,98 €</b>
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Firme	2 239 156,13 €	284 218,55 €	2 523 374,68 €
<b>Total</b>	<b>2 239 156,13 €</b>	<b>284 218,55 €</b>	<b>2 523 374,68 €</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>5 494 891,85 €</b>	<b>(284 218,55) €</b>	<b>5 210 673,30 €</b>

### Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, se encontra por realizar do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no montante de 7.734.047,98 Euros, no âmbito da concessão (este corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na rubrica de provisões, foi o seguinte:

	Ano 2021	Ano 2020
Saldo inicial	1 853 660,02 €	1 899 193,05 €
Aumentos	-	-
Diminuições - Plano de Investimento (Nota 15 e 17)	(159 257,59) €	(45 533,03) €
<b>Saldo final</b>	<b>1 694 402,43 €</b>	<b>1 853 660,02 €</b>

R  
GM.

u

p

## 7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2021	Ano 2020
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
<b>Saldo Inicial</b>	<b>205 250,37 €</b>	<b>195 444,46 €</b>
Efeitos na demonstração de resultados		
Cientes e outras contas a receber (Nota 10)	9 333,67 €	-
Ativos intangíveis (Nota 6)	7 991,09 €	9 805,91 €
<b>Total dos efeitos na demonstração de resultados</b>	<b>17 324,76 €</b>	<b>9 805,91 €</b>
<b>Saldo final</b>	<b>222 575,13 €</b>	<b>205 250,37 €</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contábilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e no reconhecimento de perdas por imparidade de clientes.

## 8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido na rubrica de "Outros ativos financeiros", foi o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2020	Aumento	Saldo em 31.12.2021
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	2 123,86 €	687,61 €	2 811,47 €
<b>Total</b>	<b>2 123,86 €</b>	<b>687,61 €</b>	<b>2 811,47 €</b>

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2019	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2020
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	1 754,10 €	528,63 €	(158,87) €	2 123,86 €
<b>Total</b>	<b>1 754,10 €</b>	<b>528,63 €</b>	<b>(158,87) €</b>	<b>2 123,86 €</b>

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.



R  
at.  
u  
JF

## 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas:		
- Imposto sobre o rendimento do período (Nota 23)	-	(38 667,81) €
- Pagamentos por conta pagos em 2021 (Nota 23)	32 040,00 €	106 653,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	37 368,39 €	26 297,50 €
<b>Total</b>	<b>69 408,39 €</b>	<b>94 282,69 €</b>
	Ano 2021	Ano 2020
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 23)	57 293,89 €	-
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	3 261,18 €	3 302,18 €
Contribuições para a segurança social e CGA	6 999,45 €	8 758,55 €
Outros impostos	64,75 €	88,18 €
<b>Total</b>	<b>67 619,27 €</b>	<b>12 148,91 €</b>

## 10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Clientes e outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

### Clientes

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Clientes</b>		
Clientes C/C	1 107 764,83 €	1 049 688,24 €
Perdas por imparidade acumuladas	(122 442,42) €	(76 479,47) €
<b>Total</b>	<b>985 322,41 €</b>	<b>973 208,77 €</b>

O elevado montante apresentado na rubrica “Clientes C/C” está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2021 deste cliente ascende a 486.062,08 Euros (em 2020 era de 488.659,08 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 27).

Em dezembro de 2021 e 2020, o cliente Município de Elvas também apresenta faturas em dívida relacionadas com abastecimento e saneamento no total de 35.521,50 Euros e 33.937,41 Euros, respetivamente.



R.  
M.  
H.

### Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Saldo inicial	(76 479,47) €	(33 384,31) €
Reforço	(58 153,74) €	(54 324,50) €
Reversão	12 190,79 €	11 229,34 €
<b>Saldo final</b>	<b>(122 442,42)</b>	<b>(76 479,47)</b>
<b>Varição Ano</b>	<b>(45 962,95)</b>	<b>(43 095,16)</b>

### Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	93 270,30 €	101 078,96 €
Desconto compra de água pendente de faturação	868 568,83 €	570 072,94 €
Outros devedores - Cauções	13 739,33 €	16 422,84 €
Outros devedores	80,41 €	-
<b>Total</b>	<b>975 658,87 €</b>	<b>687 574,74 €</b>

O valor da rubrica “Estimativa de produção pendente de faturação”, é referente à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2021 e 2020.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 868.568,83 Euros (570.072,94 Euros em 2020), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro de 2019 a dezembro de 2021 (Notas 16, 19 e 27).

### Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Adiantamentos de clientes	24 988,01 €	41 143,54 €
<b>Total</b>	<b>24 988,01 €</b>	<b>41 143,54 €</b>



## 11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	8 153,88 €	7 687,03 €
Gastos a reconhecer - Saneamento	158 497,39 €	167 820,67 €
<b>Total</b>	<b>166 651,27 €</b>	<b>175 507,70 €</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e que terminará no final da concessão.

## 12. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As demonstrações financeiras da Empresa são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa é detida a 100% pela AqualiaPortugal, S.A. (Aqualia).

Em dezembro de 2020, a Empresa efetuou um aumento de capital no montante de 3.110.000 Euros (Nota 14), através de conversão de empréstimos anteriormente concedidos pela acionista (2.562.000 Euros) bem como dívida comercial a pagar (548.000 Euros).

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2021		Ano 2020	
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	26 077,23 €	183 737,14 €	28 105,09 €	24 479,55 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	6 990,93 €	-	3 718,73	-
FCC Aqualia S.A.	9 743,04 €	-	9 743,08	-
<b>Total</b>	<b>42 811,20 €</b>	<b>183 737,14 €</b>	<b>41 566,90 €</b>	<b>24 479,55 €</b>



Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2021		Ano 2020		Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Gastos com o Pessoal (Nota 18)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Gastos com o Pessoal (Nota 18)	
FCC Aqualva S.A. - Sucursal em Portugal	458 544,68	800,00	376 242,06	340,00	-
Aquamaior - Águas de Campo Maior S.A.	16 494,93	-	15 478,04	-	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	41 833,31	-	22 274,39	-	-
FCC Aqualva S.A.	9 743,04	-	9 743,08	-	55 720,30
<b>Total</b>	<b>526 615,96 €</b>	<b>800,00 €</b>	<b>423 737,57 €</b>	<b>340,00 €</b>	<b>55 720,30 €</b>

### 13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Fornecedores</b>		
Partes relacionadas (Nota 12)	42 811,20 €	41 566,90 €
Fornecedores conta corrente	1 408 124,10 €	1 269 019,90 €
<b>Total</b>	<b>1 450 935,30 €</b>	<b>1 310 586,80 €</b>

	Ano 2021	Ano 2020
<b>Passivo corrente</b>		
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
Pessoal	11,07 €	11,07 €
Fornecedores de investimentos partes relacionadas (Nota 12)	183 737,14 €	24 479,55 €
Fornecedores de investimentos	-	11 750,00 €
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Outros acréscimos de gastos	50 896,72 €	52 002,69 €
<b>Devedores e credores diversos</b>		
Outros Credores Diversos - Alvarez	330 555,57 €	171 363,08 €
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	80 671,98 €	65 787,02 €
<b>Total</b>	<b>645 872,48 €</b>	<b>325 393,41 €</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 183.737,14 Euros e 24.479,55 Euros, respetivamente (Nota 12).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Adiantamentos a fornecedores	9 095,18	3 362,77
<b>Total</b>	<b>9 095,18</b>	<b>3 362,77</b>



## 14. CAPITAL PRÓPRIO

### Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital, totalmente subscrito e realizado no montante de 3.160.000 Euros, era composto por 316.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada, pertencentes na totalidade à acionista AqualiaPortugal S.A..

Em 4 de dezembro de 2020 foi deliberado em Assembleia Geral de Acionista aumentar o capital social da Empresa de 50.000 Euros para 3.160.000 Euros, sendo o aumento, de 3.110.000 Euros, efetuado através da emissão de trezentas e onze mil novas ações, nominativas, no valor nominal de 10 Euros cada. Integralmente subscrito e realizado por conversão, em capital, de créditos da acionista sobre a sociedade (Nota 12).

Em dezembro de 2020, a FCC Aqualia S.A. (anterior acionista) cedeu a totalidade das ações desta Empresa à sua subsidiária AqualiaPortugal, S.A..

### Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as “Reservas legais” ascendiam a 19.748,06 Euros e 10.000 Euros, respetivamente.

### Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 04 de maio de 2021, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2020, no montante de 194.961,12 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 9.748,06 Euros e 185.216,06 Euros, respetivamente.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de maio de 2020, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 351.975,46 Euros, foi transferido para a rubrica de resultados transitados.



R  
M  
M  
M

## 15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Vendas		
Abastecimento	1 799 893,09 €	1 825 192,67 €
Saneamento	1 520 657,22 €	1 546 608,59 €
Mercadorias	352,96 €	535,11 €
Serviços prestados	110 928,49 €	99 401,52 €
Subcontratos (1) (Nota 6)	159 257,59 €	45 533,03 €
<b>Total</b>	<b>3 591 089,35 €</b>	<b>3 517 270,92 €</b>

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Subsídios à Exploração” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2021	Ano 2020
Subsídios à exploração	253,50 €	105,90 €
<b>Total</b>	<b>253,50 €</b>	<b>105,90 €</b>

A rubrica “Subsídios à Exploração” são relativos às medidas excecionais e temporárias de apoio ao emprego em consequência da pandemia do COVID 19.

## 16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Matérias-primas		
Inventários iniciais	-	24 272,87 €
Compras	1 441 420,79 €	1 513 689,66 €
Inventários finais	-	-
<b>Total</b>	<b>1 441 420,79 €</b>	<b>1 537 962,53 €</b>

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2021, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 298.495,89 Euros (297.520,62 Euros em 2020) (Nota 19). Este valor corresponde a



35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 10 e 27).

Considerando o acima referido, o valor final da compra de água em 2021 e 2020 deverá ser 1.142.924,90 Euros e 1.216.169,04 Euros, respetivamente.

## 17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Subcontratos (1) (Nota 6)	159 257,59 €	45 533,03 €
Serviços especializados	712 009,11 €	717 257,23 €
Materiais	64 530,72 €	53 288,09 €
Energia e fluidos	143 311,33 €	135 368,39 €
Deslocações, estadas e transportes	6 709,19 €	6 127,55 €
Serviços diversos	200 826,14 €	207 712,71 €
<b>Total</b>	<b>1 286 644,08 €</b>	<b>1 165 287,00 €</b>

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 526.615,96 Euros e 423.737,57 Euros, respetivamente (Nota 12).

## 18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Remunerações	299 792,55 €	306 228,04 €
Encargos sociais	72 653,34 €	82 150,88 €
Seguros de acidentes de trabalho	5 285,11 €	3 478,83 €
Outros gastos com o pessoal	26 214,40 €	26 475,07 €
<b>Total</b>	<b>403 945,40 €</b>	<b>418 332,82 €</b>

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi, no período findo em 31 de dezembro de 2021 (20 colaboradores) e 2020 (21 colaboradores).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas ascenderam a 800 Euros e 340 Euros, respetivamente (Nota 12).



M. R.  
N  
P

## 19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 16)	298 495,89 €	297 520,62 €
Outros rendimentos	6 479,61 €	5 875,16 €
<b>Total</b>	<b>304 975,50 €</b>	<b>303 395,78 €</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” é relativa aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água conforme descrito nas Notas 10, 16 e 27.

## 20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2021	Ano 2020
Impostos e taxas	67 064,87 €	66 807,38 €
Donativos	1 500,00 €	-
Quotizações	120,00 €	-
Multas e penalidades	-	250,00 €
Dívidas incobráveis (Nota 23)	12 190,79 €	11 229,34 €
Juros de Mora	6 866,17	8 922,03 €
Outros gastos	1 948,49 €	1 200,67 €
<b>Total</b>	<b>89 690,32 €</b>	<b>88 409,42 €</b>

## 21. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2021	Ano 2020
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	7 214,03 €	3 923,80 €
Equipamento de transporte	5 914,77 €	-
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	284 218,55 €	284 218,55 €
<b>Total</b>	<b>297 347,35 €</b>	<b>288 142,35 €</b>



R  
G.  
H

## 22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	Ano 2021	Ano 2020
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos (Nota 12)	-	55 720,30 €
<b>Total</b>	<b>0,00 €</b>	<b>55 720,30 €</b>

## 23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2021, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2018 a 2021 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020.



Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2017 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

	Ano 2021	Ano 2020
Resultado antes de impostos	331 307,46 €	223 823,02 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 213,26 €	284 218,55 €
Donativos	300,00 €	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	6 866,17 €	330,71 €
Benefícios Fiscais - RCCS	(140 000,00) €	(140 000,00) €
Créditos incobráveis não aceites (Nota 19)	-	11 229,34 €
Imparidade não aceite (Nota 9)	43 615,31 €	40 743,38 €
Reversão imparidade (Nota 9)	(12 190,79) €	(11 229,34) €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(246 877,03) €	(238 396,52) €
<b>Lucro tributável</b>	<b>267 234,38 €</b>	<b>170 719,14 €</b>
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
<b>Matéria coletável</b>	<b>267 234,38 €</b>	<b>170 719,14 €</b>
Coleta	53 994,22 €	35 251,02 €
Derrama Municipal	1 068,94 €	682,88 €
Tributações autónomas	2 230,73 €	2 733,92 €
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>57 293,89 €</b>	<b>38 667,81 €</b>
Pagamento especial por conta	-	-
Retenções na fonte	-	-
Pagamento por conta (Nota 8)	32 040,00 €	106 653,00 €
<b>Total IRC a pagar/(recuperar)</b>	<b>25 253,89 €</b>	<b>(67 985,19) €</b>
<b>Imposto corrente do exercício</b>	<b>57 293,89 €</b>	<b>38 667,81 €</b>
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(17 324,76) €	(9 805,91) €
<b>Imposto do exercício</b>	<b>39 969,13 €</b>	<b>28 861,90 €</b>

Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo	331 307,46	223 823,02
Imposto diferido ativo (2741/ 8122)	17 324,76	9 805,91
Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado	(39 969,13)	(28 861,90)
Resultado após impacto do imposto diferido ativo	291 338,33	194 961,12

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.



R  
M  
H

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2 milhões de Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140 mil Euros em 2021 e 2020. (limite de 140 mil Euros desde 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 700 mil Euros.

## 24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existiam na Aqualvas ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

## 25. MÚTUOS E GARANTIAS

### Continuidade das operações

#### *Risco de liquidez*

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 1.205.434,02 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 639.105,17 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2021, a empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente no montante de 1.222.155,08 Euros, embora naquele passivo se incluam 226.548,34 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 12).

Os Administradores da Aqualvas elaboraram o presente Anexo e apresentam estas Demonstrações financeiras com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.



R  
M  
H

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

#### Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Aqualvas não é garante do acordo de refinanciamento do Grupo FCC.

## 26. LOCAÇÕES

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no término do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de componentes no mercado, em 2021 foi renegociado o prazo das entregas das viaturas que estavam em fim de contrato.

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 10 anos e um máximo de 30 anos, sendo possível renovar os contratos mediante o aviso prévio. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No término dos contratos não é possível adquirir os imóveis.





*Handwritten signature*

*Handwritten notes: "u R CM." and "H"*

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2021 e 2020, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2021	Ano 2020
2021	-	24 632,40 €
2022	24 632	24 632,40 €
2023	22 532	22 532,40 €
2024 e seguintes	243 486	243 486,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>290 650,80 €</b>	<b>315 283,20 €</b>

Renting viaturas	Ano 2021	Ano 2020
2021	-	18 098,05 €
2022	16 494	4 353,87 €
2023	468	468,39 €
<b>TOTAL</b>	<b>16 962,84 €</b>	<b>22 920,31 €</b>

Gasto ano	2021	2020
Renting viaturas	27 625,26 €	28 463,32 €
aluguer imóveis	24 632,40 €	24 632,40 €
<b>TOTAL</b>	<b>52 257,66 €</b>	<b>53 095,72 €</b>

## 27. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo, mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão. Têm existido reuniões entre a Empresa, o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, para tentar chegar a



R  
GM.  
n  
f

um consenso entre as três partes envolvidas quanto à forma de regularizar a situação, uma vez que a Águas do Vale do Tejo pretende que essa regularização seja feita, não pela aplicação direta de um desconto, mas sim pela quantificação de uma compensação pela gestão das infraestruturas de água em alta, que estaria originalmente a seu cargo.

Existe um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, datado de 2020, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.

A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2021, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 486.062,08 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 868.568,83 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2021.

Adicionalmente, a Empresa apresenta, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, um saldo na rubrica de “Fornecedores” com as Águas do Vale do Tejo, nos montantes de 1,379 mil Euros e 1,205 mil Euros, respetivamente, relativos ao desconto de 35% do fornecimento de água que não foi efetuado por aquela Entidade.

## 28. CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve algum impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa. No final do ano de 2021 começou a verificar-se um crescente otimismo face à pandemia e um retorno económico gradual, a que muito se deveu a vacinação da população que tornou o vírus menos mortal e com sintomas mais ligeiros.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2021 e 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas,



R  
67-  
M  
H

restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aqualvas é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.
- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação destes ativos, contempladas em dezembro de 2020, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.



SA  
M  
G.M.P.

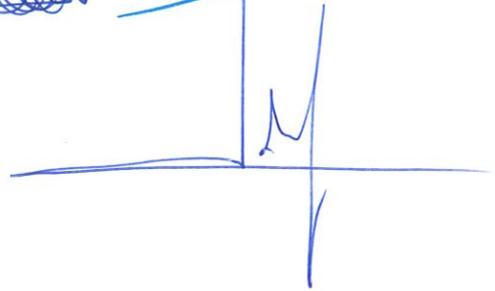
## 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2022 verificou-se o início do conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia. Apesar de ainda não se conseguir estimar o impacto que este conflito terá na economia global e consequentemente também em Portugal, já há alguns efeitos práticos, como seja o aumento do barril de petróleo, do gás e da eletricidade, que irá incrementar o preço final dos bens e serviços à população. A Empresa está atenta a este conflito, não sendo possível estimar com fiabilidade os possíveis impactos para o negócio. Contudo é convicção do Conselho de Administração que a Empresa apresenta solidez financeira e económica para ultrapassar esta Guerra.

### O CONTABILISTA CERTIFICADO

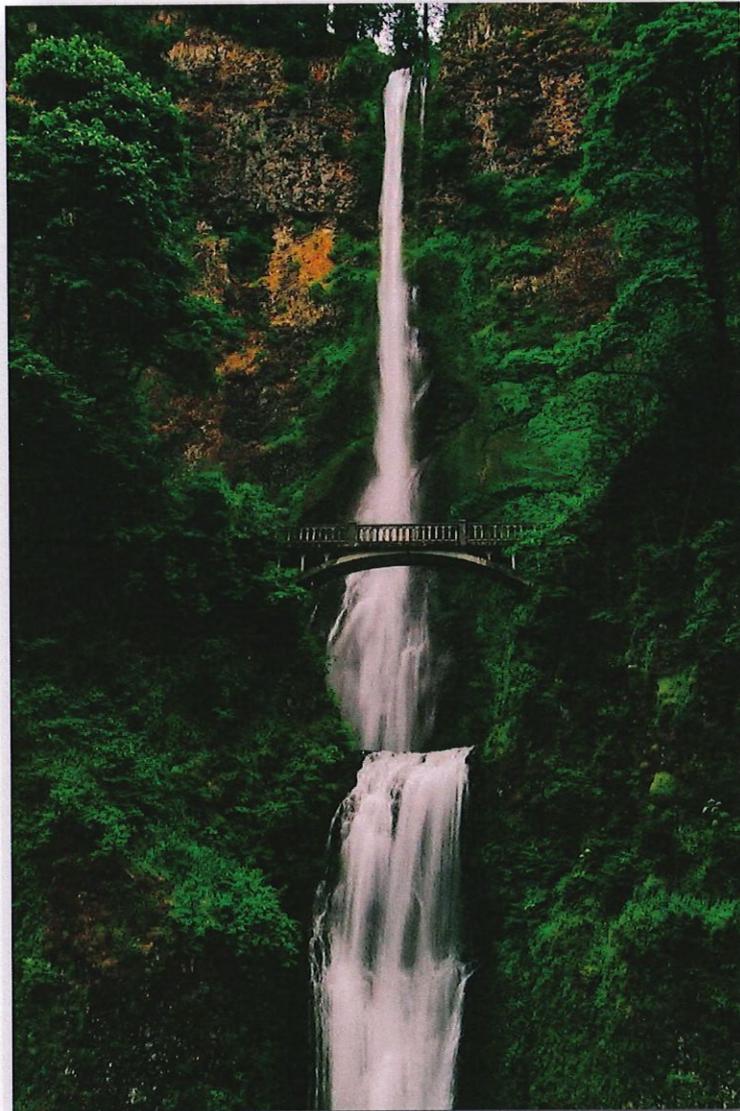
Manuã José Simões

### O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

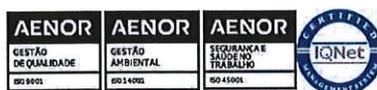
 R. Medeiros   




R  
u  
p



## 4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 8.656.448 euros e um total de capital próprio de 4.772.631 euros, incluindo um resultado líquido de 291.338 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase

Conforme divulgado na Nota 27 do Anexo às demonstrações financeiras, e em conformidade com o aditamento ao Contrato de Concessão celebrado em julho de 2017, a Entidade adquiriu a posição contratual do Município de Elvas ("Município") no contrato de fornecimento de água em alta existente com as Águas do Vale do Tejo ("AdVT"), que previa o desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida. Contudo, verifica-se que a AdVT está a emitir as faturas diretamente à Entidade sem incluir qualquer referência ao desconto referido de 35%. A 31 de dezembro de 2021, existe um saldo de clientes a receber por parte do "Município" e um acréscimo de rendimento, no montante de 1.355 milhares de euros (2020: 1.056 milhares de euros), relativo ao direito contratual, assim como contas a pagar à AdVT no montante de 1.379 milhares de euros (1.029 milhares de euros) referente àquela parcela que a Entidade não tem vindo a liquidar. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das direitos e obrigações contratuais.

#### Outras matérias

Sem afetar a nossa opinião, chamamos a atenção para o facto da Certificação Legal das Contas relativa às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, ter sido emitida, sem reservas e com uma ênfase, por outro Revisor Oficial de Contas em 15 de abril de 2021.

## Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

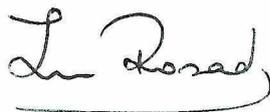
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de maio de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607  
Registado na CMVM com o n.º 20161217

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Desde a data em que fomos nomeados, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas, com uma ênfase e com um parágrafo de outras matérias.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

## Parecer do Fiscal Único

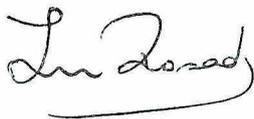
Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2021 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2021 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2021, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 25 de maio de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607  
Registado na CMVM com o n.º 20161217